

# MARCOS JOSÉ SANTOS MEIRA

marcos@mmeira.adv.br – 81 98237.8229

## RESUMO PROFISSIONAL

Advogado. Procurador do Estado de Pernambuco. Mestre em Direito Processual Civil pela PUC/SP. Doutorando em Direito Administrativo pela PUC/SP.

Presidente da Comissão Especial de Direito de Infraestrutura. Membro da Comissão Especial de Defesa da Liberdade de Expressão do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil na Advocacia Geral da União AGU - Portaria Normativa n 87/2023 e membro do Fórum Nacional de Precatórios (FONAPREC), instituído no âmbito do CNJ.

Especialista em Direito Tributário pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Especialista em Direitos Humanos, Responsabilidade Social e Cidadania Global pela PUC-RS. cursando especialização em Direito Penal e Criminologia pela PUC/RS e Direito Público pela ESNAP/USP. Autor do livro A coisa julgada no Código de Processo Civil. Coautor do livro O Cárcere da Agonia: a superação dos sobreviventes. Além de diversos cursos, palestras, artigos e textos publicados em periódicos, jornais de notícias e revistas.

## EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

### - PROCURADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO.

Governo do Estado de Pernambuco

Contencioso na Área da Saúde

1998 – Atual

- **ADVOGADO** - Sócio Fundador.

M Meira Advogados Associados e Consultoria

Áreas de atuação na prestação de serviços de advocacia em direito público e privado, principalmente junto aos Tribunais Federais, Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal, como também à atuação consultiva e contenciosa altamente especializada.

1999 – Atual

- **TÉCNICO JUDICIÁRIO** - Justiça Federal de Pernambuco

Quadro permanente da Justiça Federal, seção Judiciária de Pernambuco, ingresso por meio de concurso público, oportunidade em que exerceu as seguintes funções: Supervisor da seção de processamento de causas criminais; Diretor da divisão especial para pesquisa, coleta e classificação de assuntos jurisprudências e doutrinários; Chefe de gabinete; e Assessor de Juiz.

1993 – 1998

**OUTROS VÍNCULOS INSTITUCIONAIS**

**REPRESENTANTE DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS  
ADVOGADOS DO BRASIL NA ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO – AGU**

– Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Normativa nº 87/2023.

OAB Conselho Federal - Brasília/DF

2023 – Atual

**PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE DIREITO DE  
INFRAESTRUTURA DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS  
ADVOGADOS DO BRASIL.**

OAB Conselho Federal - Brasília/DF

2019 – Atual

**MEMBRO DO FORUM NACIONAL DE PRECATÓRIOS – FONAPREC.**

Conselho Nacional de Justiça - Brasília/DF

2022 – Atual

**MEMBRO DA COMISSÃO ESPECIAL DE DEFESA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL.**

OAB Conselho Federal - Brasília/DF

2021 – Atual

**MEMBRO DO OBSERVATÓRIO NACIONAL DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL.**

OAB Conselho Federal - Brasília/DF

2019 – 2022

**MEMBRO DA COMISSÃO ESPECIAL DE ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO.**

OAB Conselho Federal - Brasília/DF

2013 – 2016

**DIRETOR.**

Escola Ruy Antunes da OAB/PE - Recife/PE

2001 – 2003

**FORMAÇÃO ACADÊMICA**

**DOCTORANDO EM DIREITO**

Orientador: Professor Doutor Silvio Luís Rocha.

PUC - São Paulo/SP

2021

**MESTRE**

Título: A coisa julgada, seus limites e o novo Código de Processo Civil: Lei nº 13.105/2015.

Ano de Obtenção: 2015.

Orientador: Professor Doutor Nelson Luiz Pinto.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas

PUC - São Paulo/SP

2012 – 2015

**ESPECIALISTA EM DIREITOS HUMANOS**

Título: A eficácia dos tratados internacionais de Direitos Humanos no Direito Brasileiro e o projeto de Lei nº 5.282/2019. Ano de Obtenção: 2022.

Orientador: Professor Doutor Daniel Ustarroz.

Grande área: Artes e Humanidades

PUC - Porto Alegre/RS

2020 – 2022

**ESPECIALISTA EM DIREITO TRIBUTÁRIO**

Carga Horária: 200h/aula

FGV - Recife/PE

2001 – 2002

**POS GRADUANDO EM DIREITO PÚBLICO**

ESNAP/USP – Brasília/DF

2024

**POS GRADUANDO EM DIREITO PENAL E CRIMINOLOGIA**

PUC - Porto Alegre/RS

2024

**GRADUADO EM DIREITO**

UFPE - Recife/PE

1992 – 1996

**OUTROS CURSOS RELEVANTES**

**NEGOCIAÇÃO**

Carga Horária: 20h/aula.

FGV - São Paulo/SP

2019 – 2019

**COMPLIANCE**

Carga Horária: 36h/aula.

INSPER - São Paulo/SP

2018 – 2018

**PEC - COMPLIANCE ANTICORRUPÇÃO: ASPECTOS GERAIS**

Carga Horária: 16h/aula.

FGV - São Paulo/SP

2018 – 2018

**MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM**

Carga Horária: 30h/aula.

FGV - São Paulo/SP

2018 – 2018

### **PRODUÇÕES BIBLIOGRÁFICAS**

2. MEIRA, M. J. S.; A Coisa Julgada no Código de Processo Civil. Livro, 1ª Edição, 410 p., 2024.

1. MEIRA, M. J. S.; LOUZEIRO, J; CENI, A. O Cárcere da Agonia: a superação dos sobreviventes. Livro, 1ª Edição, 196 p., 2022.

### **ARTIGOS PUBLICADOS EM PERIÓDICOS**

1. MEIRA, M. J. S.. A Eficácia dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos no Direito Brasileiro e o Projeto de Lei do Senado Federal nº 5.282/2019. *Delictae – Revista de Estudos Interdisciplinares sobre o Delito*, volume 9, nº 16, páginas 138 a 176, jan./jun. 2024.

2. MEIRA, M. J. S.. A decisão do Estado-Administração sobre seguir, ou não, precedente judicial: proposta de método jurídico a partir da análise de caso-referência. *Interesse Público – IP*, volume nº 142, páginas 105-141, nov./dez. 2023.

3. MEIRA, M. J. S. e SANT'ANA, R.M.. Acordos de leniência no Brasil: Avanços e Perspectivas para uma negociação conjunta (Leniency Agreement in Brazil: Advances and Perspectives on Interinstitutional Cooperation). SSRN, 28/06/2023.

4. MEIRA, M. J. S.. O Neoconstitucionalismo e sua influência sobre a ciência processual: algumas reflexões sobre o neoprocessualismo e o projeto do novo Código de Processo Civil. *Jus Navigandi*, v. 02, p. 1-20, 2015.

5. MEIRA, M. J. S.. A responsabilidade tributária dos sócios-gerentes pela dissolução irregular da sociedade tributária: termo inicial da prescrição para o redirecionamento da execução fiscal e elemento pessoal de imputação. *Doutrinas Essenciais Direito Tributário*, v. IX, p. 1289-1320, 2014.

6. MEIRA, M. J. S.. A Responsabilidade tributária dos sócios-gerentes pela dissolução irregular da sociedade empresária: termo inicial da prescrição para o

redirecionamento da execução fiscal e elemento pessoal de imputação. Revista Tributária e de Finanças Públicas, v. 114, p. 191-219, 2014.

### **PALESTRAS EM UNIVERSIDADES INTERNACIONAIS**

1. MEIRA, M. J. S.. “Le indagini difensive nella realtà brasiliana”. *In*: I° Seminário italo-brasileiro “LOTTA ALLA CORRUZIONE IN BRASILE STATO DELL’ARTE E PROSPETTIVE FUTURE”. Local: Aula Magna, Dipartimento di Scienze Politiche, Università di Pisa, 11/04/2019, às 11h30.
2. MEIRA, M. J. S.. “Le indagini difensive nella realtà brasiliana”. *In*: Seminário italo-brasileiro di Diritto Processuale Penale “LA DIFESA DELL’IMPUTATO ALLA PROVA DELLE INCHIESTE ANTICORRUZIONE. Un confronto tra l’esperienza italiana del dopo-Mani Pulite e le vicende brasiliane della Lava-Jato”. Local: Dipartimento di Giurisprudenza, Aula 11, via/A. Pascoli 33 – 06123 Perugia, Università degli Studi di Perugia, 10/04/2019, às 15h.

### **PALESTRAS/EVENTOS**

1. MEIRA, M. J .S.. Integridade em foco: combatendo crimes de ódio e promovendo direitos humanos. Palestrante. Fecomércio/RJ, 27/11/2024.
2. MEIRA, M. J .S.. Leniência: Resultados Esperados e Pragmatismo do acordo. Gestor. OAB Conselho Federal, 06/05/2024.
3. MEIRA, M. J .S.. Transação Tributária. Participante. Procuradoria Geral do Estado de Pernambuco, 11/09/2023.
4. MEIRA, M. J .S.. 10 Anos da Lei Anticorrupção – Balanço de seus impactos no setor de infraestrutura brasileiro. Palestrante. OAB Conselho Federal, 12/04/2023.
5. MEIRA, M. J .S.. Contrato de Seguro: Temas Atuais. Organização. OAB Conselho Federal, IBDS e AASP. 12/04/2023.
6. MEIRA, M. J. S.. Os órgãos de assessoramento jurídico nas licitações e contratos. Palestrante Licitações e Contratos: As principais mudanças da nova lei

de licitações e contratos administrativos. IREE Kope, 22/04/2021.7. MEIRA, M. J. S.. Marco legal do Saneamento básico. Mediador. Seminário virtual O novo marco do Saneamento. OAB Conselho Federal, Tv Conjur e Youtube do Diário de Pernambuco, 09/07/2020.

8. MEIRA, M. J. S.. Concessões, Regulação e COVID-19: Perspectivas atuais e futuras para os setores rodoviários e ferroviário. Palestrante. OAB Conselho Federal, 28/05/2020.

9. MEIRA, M. J. S.. “L’execuzione dei contratti pubblici nel diritto brasiliano”. Apresentação de Poster/Painel no Curso Alta Formação Direito, Políticas Públicas e Infraestruturas. Departamento de Giurisprudenza, Università degli Studi di Perugia, 2020.

10. MEIRA, M. J. S.. A execução dos contratos públicos no Direito Brasileiro. Participante. Curso de Alta Formação, Direito, Políticas Públicas e Infraestrutura. IREE, 2020.

11. MEIRA, M. J. S.. Infraestrutura e segurança jurídica. Palestrante. Seminário Infraestrutura e segurança jurídica. OAB Conselho Federal, 06/09/2019.

12. MEIRA, M. J. S.. Seminário: O papel da Fazenda Pública no controle de qualidade da formação do convencimento do julgador. Participante. Procuradoria Geral do Estado de Pernambuco, 27/09/2018.

13. MEIRA, M. J. S.. Seminário: Poderes e Deveres do Juiz no novo CPC. Participante. Procuradoria Geral do Estado de Pernambuco, 28/04/2016.

14. MEIRA, M. J. S.. Seminário: O abandono de cargo na legislação de servidores do Estado de Pernambuco e à luz da Doutrina e da Jurisprudência. Participante. Procuradoria Geral do Estado de Pernambuco, 28/04/2016.

15. MEIRA, M. J. S.. O uso da arbitragem nos projetos de infraestrutura. Palestrante. II Fórum Nacional de Direito e Infraestrutura. IBEJI, 18/11/2014.

#### **TEXTOS EM JORNAIS DE NOTÍCIAS/REVISTAS**

1. MEIRA, M. J. S.. Inovações da LC 208/24 e os desafios de sua regulação. Valor Econômico,



Legislação, 23/07/2024.

2. MEIRA, M. J. S.. Overcomplice: o risco do excesso. Istoé, Coluna, Editora3, 28/06/2024.

3. MEIRA, M. J. S.. Análise: Megadecreto de Milei enfrentará desafios. Correio Braziliense, Opinião, 12/01/2024.

4. MEIRA, M. J. S.. Preservar a colegialidade do STF é um desafio para o Estado brasileiro. CONJUR, Opinião, 26/09/2023

5. MEIRA, M. J. S.. Lula acerta ao pedir ao Congresso que devolva simbolicamente o mandato de Dilma Rouseff?. Migalhas, 31/08/2023.

6. MEIRA, M. J. S.. Insegurança aniquila investimentos no Brasil. Portal da Infra, Debate, 22/08/2023.

7. MEIRA, M. J. S. e LIRA, G.C.. A legitimidade da escolha. Migalhas, 27/06/2023.

8. MEIRA, M. J. S. e PEIXOTO, R. M.. Honorários contratuais destacados no precatório e ordem preferencial. CONJUR, Opinião, 01/08/2022.

9. MEIRA, M. J. S. e VALIM, R..A segurança jurídica nos acordos de leniência. CONJUR. Opinião, 04/09/2019.

10. MEIRA, M. J. S.. Supremo acerta ao ampliar hipóteses de julgamento pelo Plenário Virtual. CONJUR, Opinião, 24/07/2019.

11. MEIRA, M. J. S.. Distrato Imobiliário protege também o comprador. Correio Braziliense, 08/01/2019.

12. MEIRA, M. J. S.. Receita contraria decisão que autoriza excluir ICMS do cálculo de PIS e Cofin. CONJUR, 04/11/2018.

13. MEIRA, M. J. S.. A incidência do PIS/COFINS sobre parcela do ICMS. Jota.info, 23/12/2016.
14. MEIRA, M. J. S.. Universalidade do SUS. Jornal do Commercio, Coluna Opiniões, p. 18, 09/10/2016.
15. MEIRA, M. J. S.. Universalidade do SUS e escassez de recursos. Folha de São Paulo, 28/09/2016.
16. MEIRA, M. J. S.. IR sobre herança é juridicamente legítimo, mas economicamente inoportuno. CONJUR, 31/07/2016.
17. MEIRA, M. J. S.. Defesa do Contribuinte. Jornal do Commercio, Coluna Opiniões, p. 12, 07/06/2016.
18. MEIRA, M. J. S.. A coisa julgada em matéria tributária. Valor Econômico, Valor.com.br, 17/05/2016.
19. MEIRA, M. J. S.. Código de Defesa do Contribuinte: novidade ou perda de oportunidade? Folha de São Paulo, 29/04/2016.
20. MEIRA, M. J. S.. Receita Federal erra ao impedir sociedade individual no Simples. CONJUR, 01/02/2016.
21. MEIRA, M. J. S.. O Neoconstitucionalismo e sua influência sobre a ciência processual: algumas reflexões sobre o Neoprocessualismo e o projeto do novo Código de Processo Civil. Jus Brasil, 26/02/2015.
22. MEIRA, M. J. S.. Investimento Estrangeiro e Desenvolvimento Sustentável. Revista NE Business, nº 03, ano 2, 2014.

#### **DEMAIS PRODUÇÕES BIBLIOGRÁFICAS**

1. Redação Lex Legal Brasil. Advogados alertam para golpe do precatório. Lex Legal Brasil, Consumidor, 14/11/2024.

2. ESCARDOVELLI, M.. É “confisco”? Entenda por que o governo pode utilizar dinheiro esquecido no seu banco. InfoMoney, Minhas Finanças, 19/09/2024.
3. BRITES, R.. STF intima PGE de São Paulo para tratar da privatização da Sabesp. Brasil, Radar, 17/07/2024.
4. OLIVEIRA, D.. Publicado decreto presencial que institui Navegue Simples. Portos e Navios, Notícias, 26/06/2024.
5. GUIMARÃES, S. P. e BORGES, S.. Nunes anuncia que entregou ‘nova Santo Amaro’sem encerrar obra na avenida. UOL, Política, 15/06/2024.
6. DAUER, L., HONÓRIO, G., ACAYABA, C. e GOMES, P.. Justiça de SP suspende votação da privatização da Sabesp; cabe recurso. G1 SP e Tv Globo – São Paulo, 03/05/2024
7. Blog do Marcos Almeida. População brasileira dá R\$23 bi a Brasília e banca 38% dos gastos. Blog do Marcos Almeida, Notícias, 21/04/2024.
8. Redação EnerVision. Enel só perde a concessão em SP em caso extremo. EnerVision, 11/04/2024.
9. PACHECO, C.. Projeto de lei do Sistema Nacional de Educação não entrega decisões do setor a sindicatos. Estadão, Estadão Verifica, 09/04/2024.
10. BARELLA, J. E.. Plano do governo de revisão bilionária de concessões ferroviárias sai dos trilhos. NeoFeed, Economia, 01/02/2024.
11. BACELO, J.. Advogados se dividem quanto ao formato certo para a desestatização. Valor Econômico, Política, 16/11/2023.
12. TAHAN, L. com TEIXEIRA, I.. Comissão de Infraestrutura da OAB debate 10 anos da Lei Anticorrupção. Metrôpoles, Grandeangular, 12/04/2023.13. Redação Debate Jurídico. Evento da OAB faz balanço dos 10 anos da Lei Anticorrupção. Debate Jurídico, 12/04/2023.
14. MEIRA, M. J. S.. Embate entre CTG e União sobre oferta de energia de hidrelétricas pode pesar na conta de luz. Valor Econômico, Empresas, 15/08/2022.

15. MEIRA, M. J. S.. Disputa jurídica entre CTG e União pode levar a rombo bilionário. Valor Econômico, Empresas, 05/08/2022.
16. RODRIGUES, R.. Legal battle may create multi-billion hole in power industry. Valor Econômico Business, Notícias, 04/08/2022.
17. VOLTARE, E.. Honorários contratuais destacados no precatório e ordem preferencial. CONJUR, Opinião, 01/08/2022.
18. CALEGARI, L. e VITAL, D.. Decisão do STJ sobre honorários inibe discricionariedade pode reduzir litigância. CONJUR, Notícia, 16/03/2022.
19. KER, J.. Prefeitura de São Paulo pode ser indenizada por desabamento de obra do Metrô, dizem especialistas. Estadão, 01/02/2022.
20. Redação Lexlatin. O Novo Marco do Saneamento e a taxa do lixo. Lexlatin, Notícia, 23/10/2021.
21. SALIBA, A. L.. MP-SP veta extensão de concessões sem licitação e preocupa advogados. CONJUR, Notícias, 23/10/2021.
22. Redação Lexlatin. STF declara inconstitucionais leis estaduais que mudam cláusulas de contratos de concessões. Lexlatin, 07/10/2020.
23. MACEDO, F.. Magistrado não possui prerrogativa de escolher qual lei ou decreto deseja cumprir mediante ofensa a funcionário público. Estadão, Opinião, 29/07/2020.
24. Redação Lexlatin. As oportunidades em infraestrutura que prometem aquecer o mercado jurídico. Lexlatin, 27/07/2020.
25. RODAS, S.. Vetos de Bolsonaro podem reduzir eficácia de marco legal do saneamento básico. CONJUR, Notícia, 17/07/2020.
26. PAVANELLI, C. e BARROZO, T. S.. Brazil's new sanitation bill to draw domestic and foreign private investment. Forbes, Money, 17/07/2020.
27. ESTIGARRIBIA, J. Fraudes e obras paradas há 35 anos: o que falta para Angra 3 sair do papel. Exame, Negócios, 26/06/2020.
28. MENDES, G.. As principais mudanças (e vetos) do novo Regime Jurídico Emergencial e Transitório. Lexlatin, 15/06/2020.

29. Redação Portal Magistrado. Comissão discute impactos da pandemia e futuro do Setor de Transportes. Portal Magistrado, 28/05/2020.

30. Redação Conjur. MP autoriza pagamento antecipado de licitações durante calamidade. CONJUR, Notícias, 07/05/2020.

31. SANTOS, R..Resolução para parcelamento de débitos do FGTS é positiva, dizem especialistas. CONJUR, Contribuições Devidas, 26/10/2019.

32. Redação Conjur. Acordo Internacional. Publicado decreto que busca evitar dupla tributação entre Brasil e Dinamarca. CONJUR, Opinião, 26/06/2019.

33. AGUIAR, A.. Incorporadoras podem abater distratos do Imposto de Renda. Valor Econômico, 03/06/2019.

### **PRÊMIOS E TÍTULOS**

1. Título Cidadão Honorário de Brasília, Câmara Legislativa do Distrito Federal, 2023.

2. Paraninfo turna de Direito Luis Nicomedes de Figueredo Neto, 2008.3. Título Cidadão de Pernambuco, Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2006.

4. Título Cidadão destaque da Paraíba, Associação dos Advogados de Campina Grande, 2004.

5. Patrono da turma de Direito Professor Gláucio Veiga